



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº. 002/2026

SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

Art.1º - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028 fixados pela Lei nº. 1050/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, a recomposição inflacionária corresponde ao INPC apurado de **3,90%** (Três vírgula noventa por cento), no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1050/2024, conforme artigo 6º, parágrafo único da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

I - Presidente do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.649,60** (Seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) mensais.

II - Vice-Presidente do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.285,95** (Seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mensais.

III - 1º Secretário do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.441,80** (Seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) mensais.

IV - 2º Secretário do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.285,95** (Seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mensais.

V - Vereadores - **R\$ 6.234,00** (Seis mil, duzentos e trinta e quatro reais) mensais.

Art. 2º - Limita os valores da recomposição ao teto constitucional dos Subsídios do Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário, 2º Secretário e dos Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, na Legislatura de 2025 à 2028, em acordo com a Lei nº. 21.348 de 27 de dezembro de 2022, do Estado do Paraná, conforme tabela:

Período vigência	Subsídios Deputados fixados	Teto CF. art. 37 (20%)
Até 31/01/2023	25.322,25	5.064,45
01/02/2023 a 31/03/2023	29.469,99	5.894,00
01/04/2023 a 31/01/2024	30.943,54	6.188,71
01/02/2024 a 31/01/2025	32.196,01	6.439,20
01/02/2025 a 31/01/2026	33.448,48	6.689,70
A partir de 01/02/2026	34.774,64	6.954,93

Art. 3º – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1050/2024.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.

LEITURA - 1º Sessão - 1º Período

03 | 02 | 2026

APROVADO EM 1ª VOTAÇÃO

06 | 02 | 2026

APROVADO EM 2ª VOTAÇÃO

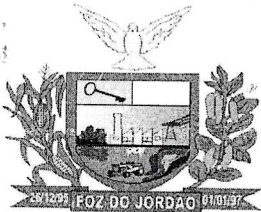
10 | 02 | 2026

APROVADO EM 3ª VOTAÇÃO

13 | 02 | 2026

ENCAMINHADO ÀS COMISSÕES

03 | 02 | 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

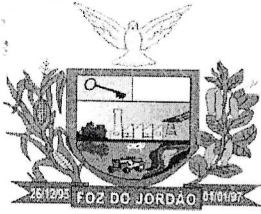
Estado do Paraná

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.


MICHAEL JOSÉ MAROLETTO
1º Secretário


JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente


JOELSON DE DEUS RAMOS
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FÓZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Analizando a Lei nº. 1050/2024, que “Fixa os subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, para a Legislatura de 1º de Janeiro de 2025 à 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

Art. 1º - Fixa o subsídio do **Presidente** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.400,00** (Seis mil e quatrocentos reais) mensais.

Art. 2º - Fixa o subsídio do **Vice-Presidente** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais) mensais.

Art. 3º - Fixa o subsídio do **1º Secretário** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.200,00** (Seis mil e duzentos reais) mensais.

Art. 4º - Fixa o subsídio do **2º Secretário** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais) mensais.

Art. 5º - Fixa o subsídio dos **Vereadores**, para a Legislatura de 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.000,00** (Seis mil reais) mensais.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A promulgação da Lei Estado do Paraná nº. 21.348 de 27 de dezembro de 2022.

“Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa”.

Art. 1º Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa, nos termos do § 2º do art. 27 e do § 2º do art. 28 da Constituição Federal e dos incisos VI e VII do art. 54 da Constituição do Estado, para os exercícios de 2023 a 2026, nos seguintes valores:

IV - Membros da Assembleia Legislativa:

a) R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) a partir de 1º de janeiro de 2023;

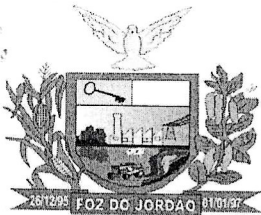
b) R\$ 30.943,54 (trinta mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) a partir de 1º de abril de 2023;

c) R\$ 32.196,01 (trinta e dois mil, cento e noventa e seis reais e um centavo) a partir de 1º de fevereiro de 2024;

d) R\$ 33.448,48 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2025;

e) R\$ 34.774,64 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE FÓZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

Contudo apesar de estar em seu art. 2º que a Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, isso não ocorre na prática, pois a nova legislatura assume em 01 de fevereiro de 2023, data em que esta lei tem efeitos legais.

O Art. 6º da Lei nº. 1050/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de janeiro de 2026, sobre o qual propomos o reajuste em 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2023;

Art. 6º - Os subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal, respeitando como limite máximo a correção inflacionária dos meses anteriores à concessão da respectiva reposição, apurada segundo o indicador oficial adotado pela legislação local para efeito da proteção assegurada no art. 37, X, da Constituição Federal.

Parágrafo único – O pagamento de subsídio acrescido de recomposição pela desvalorização da moeda dar-se-á após decorrido um ano da instalação da legislatura.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora para este ano de 2026 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.


MICHAEL JOSÉ MAROLETTO
1º Secretário


JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente


JOELSON DE DEUS RAMOS
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - PROJETO DE LEI Nº. 002/2026

Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

1. MOTIVAÇÃO

O presente estudo, que visa a medir, por estimativa, o impacto da aplicação da recomposição inflacionária corresponde ao INPC acumulado em 2025, de 3,90%, para aplicação no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Foz do Jordão – Pr. motiva-se pelas imposições da Constituição Federal, no seu artigo 37, que impetra:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Projeto de Lei nº. 002/2026 cuja SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

2. METODOLOGIA

Adotou-se o cálculo simplificado pelo total da remuneração a título de "Subsídios" sobre o valor fixado em Lei e a alíquota de contribuição ao INSS.

No tocante à taxa de atualização do impacto projetado a exercícios futuros, foi consultada a expectativa de crescimento no Produto Interno Bruto nacional, para 2026, e a estimativa de inflação é de inflação para os próximos anos, espera-se 3,99% para 2026, 3,8% para 2027 e 3,5% para 2028. O PIB corresponde ao marcador macroeconômico de maior abrangência, tendo forte influência sobre a estimativa da dinâmica inflacionária.

O impacto no exercício corrente é exemplificativo, adota-se a possibilidade virtual de impacto oneroso.

Segue abaixo a tabela sinóptica:

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO							
Status Anterior a recomposição - Mensal			Recomp. 3,90%	Diferen ça mensal	Impacto total 2026	Impacto total 2027	Impacto total 2028
Status Anterior a recomposição - Mensal			Recomp. 3,90%	Diferen ça mensal	Impacto total 2026	Impacto total 2027	Impct total 2028
Cargos	Itens de Remuneração	Valor	Valor	Valor	Valor	Recomp. Inf. 3,99%	Rec. Inf. 3,8%
9 Vereadores	1 - SUBSÍDIOS	54.700,00	56.833,30	2.133,30	25.599,60	26.621,02	27.632,62
	2 - RGPS 21,68%	11.858,96	12.321,46	462,50	5.549,99	5.771,44	5.990,75
	Total	66.558,96	69.154,76	2.595,80	31.149,59	32.392,46	33.623,38

* Considerado os Subsídios do Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e 5 Vereadores, num total de 9 Vereadores, conforme determina a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal;

* Impacto nos meses de Janeiro a Dezembro de 2026;



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

* considerando um reajuste inflacionário (conforme tendência) na ordem de 3,99% para 2027 e 3,8% para 2028;

3. PARAMETROS CONSIDERADOS

Despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Tabela da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo:

Data-base	Receita Corrente Líquida Ajustada	Despesa Total com Pessoal	% Despendido	Situação
30/06/2023	31.708.894,19	1.259.857,30	3,97%	Normal
31/12/2023	33.552.420,57	1.360.885,43	4,06%	Normal
30/06/2024	36.014.975,69	1.455.507,59	4,04%	Normal
31/12/2024	37.726.186,74	1.505.917,47	3,99%	Normal
30/06/2025	39.902.128,92	1.527.408,41	3,83%	Normal
31/12/2025	41.713.737,75	1.571.019,74	3,77%	Normal

Situações: 1. Normal 2. Extrapolação 3. Alerta 90% 4. Alerta 95%

Fonte: TCE PR.

Relatório de Gestão Fiscal - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Período de Referência: janeiro a dezembro de 2025.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	42.702.721,75	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	400.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	588.984,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	41.713.737,75	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.571.019,74	3,77
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.502.824,27	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.377.683,05	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.252.541,84	5,40

4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, estima-se um impacto virtual estimado de R\$ 31.149,59 (Trinta e um mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), na hipótese de implantação no período compreendido a partir de janeiro do corrente.

Para os exercícios seguintes, ter-se-iam os impactos estimados de R\$ 32.392,46 (Trinta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta e seis centavos), em 2026, e de R\$ 33.623,38 (Trinta e três mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), em 2027, ambos considerando estimativa inflacionária.

Representando assim um aumento nas despesas com pessoal na ordem de:

- 0,07% em 2026;



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

- 0,07% em 2027;
- 0,07% em 2028;

Se considerarmos a evolução da Receita Corrente Líquida dos últimos anos (Demonstrativo abaixo) não haverá impacto oneroso com a recomposição proposta.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Período	Valor	Percentual
2022	32.152.551,19	
2023	33.552.158,19	4,35%
2024	37.635.031,85	12,17%
2025	41.713.737,75	10,84%
PREVISÃO		
Previsão para 2026	43.424.001,00	4,10%
Previsão para 2027	45.074.113,04	3,80%
Previsão para 2028	46.651.706,99	3,50%
* A previsão esta amparada no Projeto de Lei 001/2026 que tramita nesta casa.		

É oportuno, todavia informar que esta análise de impacto precisa ser contextualizada juridicamente, sendo, portanto utilizada a concepção de efeitos virtuais.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.


DEGELSO STRAPAZZON
Contador CRC-PR 038.597



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

PARECER JURÍDICO Nº 002/2026

INTERESSADO: Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR)

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 002/2026 – Recomposição Inflacionária dos Subsídios dos Agentes Políticos.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 002/2026, de autoria da Mesa Diretora, que visa conceder recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual, nos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão para a Legislatura 2025-2028.

O índice proposto é de **3,90%**, correspondente ao INPC acumulado de janeiro a dezembro de 2025. O projeto estabelece os novos valores nominais e fixa o teto constitucional com base no escalonamento dos subsídios dos Deputados Estaduais, conforme a Lei Estadual nº 21.348/2022.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Natureza Jurídica da Revisão Geral Anual

A revisão geral anual é um imperativo constitucional previsto no **Art. 37, inciso X, da Constituição Federal**. Diferente do aumento real, a revisão visa apenas à manutenção do poder de compra da moeda frente às perdas inflacionárias.

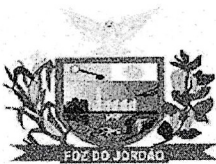
"A revisão geral anual é direito dos servidores e agentes políticos para compensar a desvalorização da moeda. Não se confunde com aumento, pois não há ganho real, mas mera reposição." (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*).

2.2. Da Iniciativa e Legalidade

A iniciativa legislativa cabe à Mesa Diretora, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa. O projeto respeita o princípio da **anterioridade da legislatura**, uma vez que os subsídios foram fixados pela Lei nº 1050/2024 antes do pleito, e o presente projeto apenas aplica o índice de correção previsto na referida norma.

2.3. Do Limite Constitucional (Teto)

O Art. 2º do projeto observa rigorosamente o **Art. 29, inciso VI alínea "a" da CF/88**, que estabelece que em municípios de até dez mil habitantes (caso de Foz do Jordão), o subsídio máximo dos Vereadores corresponde a **20%** do subsídio dos Deputados Estaduais.



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

2.4. Jurisprudência Correlata

O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a revisão geral anual é aplicável aos agentes políticos:

STF - RE 565.089 (Tema 19): O Poder Executivo (e por simetria o Legislativo em relação a seus membros) possui o dever de se pronunciar anualmente sobre a revisão geral dos subsídios, sendo legítima a fixação de índice que recomponha as perdas inflacionárias.

3. ANÁLISE TÉCNICA

- **Índice:** O INPC é índice oficial e idôneo para medir a inflação setorial.
- **Impacto Financeiro:** A eficácia da lei fica condicionada à existência de dotação orçamentária e ao cumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (**LC 101/2000**).
- **Retroatividade:** O Art. 4º prevê efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026, o que é admitido em casos de revisão anual para coincidir com a data-base ou o encerramento do exercício financeiro anterior.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, sob o prisma estritamente **jurídico, constitucional e legal**, este parecer é **FAVORÁVEL** à tramitação do Projeto de Lei nº 002/2026.

A redação está conforme a técnica legislativa e não apresenta vícios de iniciativa ou de conteúdo que impeçam sua apreciação pelo Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Foz do Jordão – PR, 03 de fevereiro de 2026.

Sérgio Brasil

Advogado/OAB 57369



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

COMISSÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer: 002/2026.

Data: 04 de Fevereiro de 2026.

Matéria: PROJETO DE LEI Nº. 002/2026.

Relator: IVAN PINHEIRO DA SILVA.

Autor: PODER LEGISLATIVO.

Conclusão do Voto: FAVORÁVEL.

SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

PROJETO DE LEI Nº. 002/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

Art.1º - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028 fixados pela Lei nº. 1050/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, a recomposição inflacionária corresponde ao INPC apurado de **3,90%** (Três virgula noventa por cento), no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1050/2024, conforme artigo 6º, parágrafo único da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

I - Presidente do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.649,60** (Seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) mensais.

II - Vice-Presidente do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.285,95** (Seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mensais.

III - 1º Secretário do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.441,80** (Seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) mensais.

IV - 2º Secretário do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.285,95** (Seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mensais.

V - Vereadores - **R\$ 6.234,00** (Seis mil, duzentos e trinta e quatro reais) mensais.

Art. 2º - Limita os valores da recomposição ao teto constitucional dos Subsídios do Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário, 2º Secretário e dos Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, na Legislatura de 2025 à 2028, em acordo com a Lei nº. 21.348 de 27 de dezembro de 2022, do Estado do Paraná, conforme tabela:

Período vigência	Subsídios Deputados fixados	Teto CF. art. 37 (20%)
Até 31/01/2023	25.322,25	5.064,45
01/02/2023 a 31/03/2023	29.469,99	5.894,00
01/04/2023 a 31/01/2024	30.943,54	6.188,71
01/02/2024 a 31/01/2025	32.196,01	6.439,20
01/02/2025 a 31/01/2026	33.448,48	6.689,70
A partir de 01/02/2026	34.774,64	6.954,93

Art. 3º – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1050/2024.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Analisando a Lei nº. 1050/2024, que “Fixa os subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, para a Legislatura de 1º de Janeiro de 2025 à 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

Art. 1º - Fixa o subsídio do **Presidente** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.400,00** (Seis mil e quatrocentos reais) mensais.

Art. 2º - Fixa o subsídio do **Vice-Presidente** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais) mensais.

Art. 3º - Fixa o subsídio do **1º Secretário** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.200,00** (Seis mil e duzentos reais) mensais.

Art. 4º - Fixa o subsídio do **2º Secretário** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais) mensais.

Art. 5º - Fixa o subsídio dos **Vereadores**, para a Legislatura de 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.000,00** (Seis mil reais) mensais.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A promulgação da Lei Estado do Paraná nº. 21.348 de 27 de dezembro de 2022.

“Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa”.

Art. 1º Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa, nos termos do § 2º do art. 27 e do § 2º do art. 28 da Constituição Federal e dos incisos VI e VII do art. 54 da Constituição do Estado, para os exercícios de 2023 a 2026, nos seguintes valores:

IV - Membros da Assembleia Legislativa:

a) R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) a partir de 1º de janeiro de 2023;

b) R\$ 30.943,54 (trinta mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) a partir de 1º de abril de 2023;

c) R\$ 32.196,01 (trinta e dois mil, cento e noventa e seis reais e um centavo) a partir de 1º de fevereiro de 2024;

d) R\$ 33.448,48 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2025;

e) R\$ 34.774,64 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

Contudo apesar de estar em seu art. 2º que a Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, isso não ocorre na prática, pois a nova legislatura assume em 01 de fevereiro de 2023, data em que esta lei tem efeitos legais.

O Art. 6º da Lei nº. 1050/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de janeiro de 2026, sobre o qual propomos o reajuste em 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2023;

Art. 6º - Os subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal, respeitando como limite máximo a correção inflacionária dos meses anteriores à concessão da respectiva reposição, apurada segundo o indicador oficial adotado pela legislação local para efeito da proteção assegurada no art. 37, X, da Constituição Federal.

Parágrafo único – O pagamento de subsídio acrescido de recomposição pela desvalorização da moeda dar-se-á após decorrido um ano da instalação da legislatura.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora para este ano de 2026 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

CONCLUSÃO DO VOTO:

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procedeu-se a análise **do Projeto de Lei nº. 002/2026**, e exarou entendimento pela regularidade da tramitação da matéria, com fulcro na fundamentação apresentada e em consonância com o **Parecer do Jurídico da Câmara Municipal nº. 002/2026**.

O Vereador Presidente da Comissão Justiça e Redação MICHAEL JOSÉ MAROLETTO, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Relator da Comissão Justiça e Redação IVAN PINHEIRO DA SILVA, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.


O Vereador Membro da Comissão Justiça e Redação JOELSON DE DEUS RAMOS, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Diante dos fundamentos legais e observado a Lei Orgânica e o Regimento Interno, esta Comissão, depois da análise realizada, disponibiliza o presente **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 04 de Fevereiro de 2026.



IVAN PINHEIRO DA SILVA
Relator



MICHAEL JOSE MAROLETTO
Presidente



JOELSON DE DEUS RAMOS
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer: 002/2026.

Data: 05 de Fevereiro de 2026.

Matéria: PROJETO DE LEI Nº. 002/2026.

Relator: EDER SAVI.

Autor: PODER LEGISLATIVO.

Conclusão do Voto: FAVORÁVEL.

SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

PROJETO DE LEI Nº. 002/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028 fixados pela Lei nº. 1050/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, a recomposição inflacionária corresponde ao INPC apurado de **3,90%** (Três vírgula noventa por cento), no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1050/2024, conforme artigo 6º, parágrafo único da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

I - Presidente do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.649,60** (Seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) mensais.

II - Vice-Presidente do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.285,95** (Seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mensais.

III - 1º Secretário do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.441,80** (Seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) mensais.

IV - 2º Secretário do Poder Legislativo Municipal - **R\$ 6.285,95** (Seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mensais.

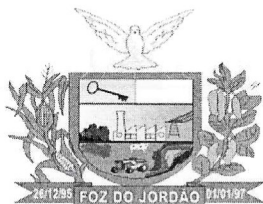
V - Vereadores - **R\$ 6.234,00** (Seis mil, duzentos e trinta e quatro reais) mensais.

Art. 2º - Limita os valores da recomposição ao teto constitucional dos Subsídios do Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário, 2º Secretário e dos Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, na Legislatura de 2025 à 2028, em acordo com a Lei nº. 21.348 de 27 de dezembro de 2022, do Estado do Paraná, conforme tabela:

Período vigência	Subsídios Deputados fixados	Teto CF. art. 37 (20%)
Até 31/01/2023	25.322,25	5.064,45
01/02/2023 a 31/03/2023	29.469,99	5.894,00
01/04/2023 a 31/01/2024	30.943,54	6.188,71
01/02/2024 a 31/01/2025	32.196,01	6.439,20
01/02/2025 a 31/01/2026	33.448,48	6.689,70
A partir de 01/02/2026	34.774,64	6.954,93

Art. 3º – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1050/2024.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Analizando a Lei nº. 1050/2024, que “Fixa os subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, para a Legislatura de 1º de Janeiro de 2025 à 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

Art. 1º - Fixa o subsídio do **Presidente** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.400,00** (Seis mil e quatrocentos reais) mensais.

Art. 2º - Fixa o subsídio do **Vice-Presidente** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais) mensais.

Art. 3º - Fixa o subsídio do **1º Secretário** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.200,00** (Seis mil e duzentos reais) mensais.

Art. 4º - Fixa o subsídio do **2º Secretário** do Poder Legislativo Municipal, para o período 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.050,00** (Seis mil e cinquenta reais) mensais.

Art. 5º - Fixa o subsídio dos **Vereadores**, para a Legislatura de 2025 a 2028, em parcela única, de **R\$ 6.000,00** (Seis mil reais) mensais.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A promulgação da Lei Estado do Paraná nº. 21.348 de 27 de dezembro de 2022.

“Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa”.

Art. 1º Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa, nos termos do § 2º do art. 27 e do § 2º do art. 28 da Constituição Federal e dos incisos VI e VII do art. 54 da Constituição do Estado, para os exercícios de 2023 a 2026, nos seguintes valores:

IV - Membros da Assembleia Legislativa:

a) R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) a partir de 1º de janeiro de 2023;



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

- b) R\$ 30.943,54 (trinta mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) a partir de 1º de abril de 2023;
- c) R\$ 32.196,01 (trinta e dois mil, cento e noventa e seis reais e um centavo) a partir de 1º de fevereiro de 2024;
- d) R\$ 33.448,48 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2025;
- e) R\$ 34.774,64 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2023.

Contudo apesar de estar em seu art. 2º que a Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, isso não ocorre na prática, pois a nova legislatura assume em 01 de fevereiro de 2023, data em que esta lei tem efeitos legais.

O Art. 6º da Lei nº. 1050/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de janeiro de 2026, sobre o qual propomos o reajuste em 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2023;

Art. 6º - Os subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal, respeitando como limite máximo a correção inflacionária dos meses anteriores à concessão da respectiva reposição, apurada segundo o indicador oficial adotado pela legislação local para efeito da proteção assegurada no art. 37, X, da Constituição Federal.

Parágrafo único – O pagamento de subsídio acrescido de recomposição pela desvalorização da moeda dar-se-á após decorrido um ano da instalação da legislatura.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora para este ano de 2026 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO
1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

CONCLUSÃO DO VOTO:

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procedeu-se a análise do **Projeto de Lei nº. 002/2026**, e exarou entendimento pela regularidade da tramitação da matéria, com fulcro na fundamentação apresentada e em consonância com o **Parecer do Jurídico da Câmara Municipal nº. 002/2026**.

O Vereador Presidente da Comissão Finanças e Orçamento CRISTNEI ANTONIO CLEIN, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Relator da Comissão Finanças e Orçamento EDER SAVI, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Membro da Comissão Finanças e Orçamento PAULO RICARDO POLI COSTA, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Diante dos fundamentos legais e observado a Lei Orgânica e o Regimento Interno, esta Comissão, depois da análise realizada, disponibiliza o presente **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 05 de Fevereiro de 2026.



CRISTNEI ANTONIO CLEIN
Presidente



EDER SAVI
Relator



PAULO RICARDO POLI COSTA
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

CERTIDÃO

Eu Joceli Almeida de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, **Certifico** para os devidos fins de direito, que o **Projeto de Lei nº. 002/2026** foi aprovado na 2ª Sessão do 1º Período Legislativo Extraordinário em 13 de Fevereiro de 2026.

E, por ser verdade, firmo o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Foz do Jordão, Pr., 13 de Fevereiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara